ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IAPEN - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARÇA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2026.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 8h30 (oito horas e trinta minutos), no auditório da Autarquia, reuniram-se os membros do Conselho de Administração do IAPEN: Fábio Henrique Maximiano da Silva, Francisco Ferreira dos Santos, Liliana Burneiko Leite Martins, Pedro José Frasson e Márcia Regina Barbosa; o conselheiro suplente Odair Krugner; e os membros do Comitê de Investimentos Emiliano da Silva Alves, José Roberto Carvalho e Marcelo Batista Assis. Registraram-se as ausências dos conselheiros Erasmo Hideaki Kaihatu, Luiz Roberto Lopes de Souza e Rafael de Oliveira Mathias. Esteve presente, ainda, o Diretor Superintendente e Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. Eduardo Rosa, com direito a voz, mas sem direito a voto nas deliberações do Conselho de Administração. Verificado o quórum regimental, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Pedro José Frasson, declarou aberta a reunião. Em razão da ausência do secretário, foi designado para exercer essa função, excepcionalmente nesta reunião, o conselheiro suplente Odair Krugner, a quem coube proceder à leitura da ata da reunião ordinária anterior, realizada em 23 de setembro de 2026. Submetida à apreciação dos presentes, a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, foi apresentado o balancete das receitas e despesas referente ao mês de setembro e ao acumulado do exercício de 2026. No mês de setembro, foram registradas receitas no montante de R$ 2.287.847,53, das quais R$ 155.056,88 corresponderam à realização de ganhos decorrentes de resgates de investimentos. As despesas orçamentárias pagas totalizaram R$ 3.219.085,91, resultando em déficit de R$ 931.238,38. No acumulado do exercício, as receitas totalizaram R$ 29.719.973,05, incluindo R$ 10.435.881,93 referentes à realização de ganhos decorrentes de resgates de investimentos. As despesas orçamentárias pagas somaram R$ 21.327.069,01, resultando em superávit de R$ 8.392.904,04. Por fim, o Diretor Superintendente esclareceu que os aportes destinados à cobertura da insuficiência financeira não são considerados para fins de apuração do resultado orçamentário, destacando a importância desse critério para a adequada compreensão dos valores apresentados. Na sequência, foi apresentado o Demonstrativo de Receitas e Despesas do Fundo Financeiro, referente ao mês de setembro e ao acumulado até o terceiro trimestre do exercício de 2026. No período mensal, as receitas totalizaram R$ 746.175,54, às quais se somou o aporte destinado à cobertura da insuficiência financeira, no valor de R$ 1.352.899,41. As despesas alcançaram R$ 2.108.057,16, acrescidas do pagamento da 53ª parcela do acordo judicial vinculado ao Processo nº 1002092-15.2020.8.26.0201, no valor de R$ 46.350,51, resultando em déficit de R$ 55.332,72 no período. O Diretor Superintendente informou, ainda, que a rentabilidade das aplicações financeiras do Fundo Financeiro foi de R$ 1.488,59 no período e que foram efetuados pagamentos

de precatórios no montante de R$ 718.899,35. Em relação ao resultado acumulado até o terceiro trimestre de 2026, as receitas totalizaram R$ 6.774.107,96, acrescidas dos aportes destinados à cobertura da insuficiência financeira, no valor de R$ 6.949.556,02. As despesas alcançaram R$ 13.331.419,02, às quais se somou o pagamento referente ao acordo judicial vinculado ao Processo nº 1002092-15.2020.8.26.0201, no valor acumulado de R$ 402.267,06, correspondente às parcelas informadas. O resultado acumulado foi deficitário em R$ 10.022,10, e a rentabilidade das aplicações financeiras totalizou R$ 11.131,05. Na oportunidade, o Diretor Superintendente relembrou que, nos termos do art. 81, § 1º, da Lei Complementar nº 88, sempre que houver insuficiência financeira entre as receitas arrecadadas pelo Fundo Financeiro e as despesas relativas aos benefícios previdenciários e aos demais encargos, sua cobertura deverá ser realizada pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, mediante repasses mensais proporcionais aos proventos de aposentadorias e pensões vinculados a cada ente. Ressaltou, por fim, que essas disposições vêm sendo rigorosamente observadas, permanecendo todas as obrigações do Fundo Financeiro devidamente adimplidas. Informou, ainda, que o mês foi encerrado com saldo financeiro de R$ 239.679,92. Na sequência, foi apresentado o Demonstrativo das Despesas Administrativas, referente ao mês de setembro e ao acumulado até o terceiro trimestre do exercício de 2026. No período mensal, registrou receitas no valor de R$ 103.359,50 e despesas no montante de R$ 74.235,42, resultando em superávit de R$ 29.124,08 no período. A rentabilidade das aplicações financeiras vinculadas ao Fundo de Administração totalizou R$ 7.548,73. Em relação ao acumulado até o terceiro trimestre de 2026, as receitas totalizaram R$ 933.924,64 e as despesas somaram R$ 665.768,31, resultando em superávit de R$ 268.156,33. A rentabilidade das aplicações financeiras totalizou R$ 58.756,93. Ao final do período, o Fundo de Administração registrou saldo patrimonial de R$ 755.528,78. Na sequência, foi apresentado o Demonstrativo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário, referente ao mês de setembro e ao acumulado até o terceiro trimestre do exercício de 2026. No período mensal, as receitas totalizaram R$ 1.431.409,74, enquanto as despesas somaram R$ 1.194.364,29, resultando em superávit de R$ 237.045,45. O Diretor Superintendente esclareceu que o resultado foi influenciado pelo recebimento do aporte destinado à cobertura do déficit atuarial e pelos valores provenientes da compensação previdenciária. Informou, ainda, que a rentabilidade das aplicações financeiras do Fundo Previdenciário alcançou R$ 3.718.910,36 no mês. Em relação ao acumulado até o terceiro trimestre de 2026, as receitas totalizaram R$ 12.933.214,10 e as despesas somaram R$ 11.010.152,77, resultando em superávit de R$ 1.923.061,33. A rentabilidade das aplicações financeiras vinculadas ao Fundo totalizou R$ 23.873.505,16. Ao final do período, o Fundo Previdenciário registrou saldo patrimonial de R$ 256.462.798,15. Na sequência, foi apresentado o Boletim Financeiro referente à posição de 30 de setembro de 2026, que demonstrou saldo disponível em conta corrente de R$ 150,00. O demonstrativo registrou, ainda, saldo aplicado em investimentos financeiros no montante de R$ 257.457.856,85,

devidamente conciliado com os respectivos extratos bancários. Do total dos recursos aplicados, R$ 239.629,92 correspondiam ao Fundo Financeiro, R$ 755.478,78 ao Fundo de Administração e R$ 256.462.748,15 ao Fundo Previdenciário. No que se refere ao desempenho dos investimentos, o Diretor Superintendente informou que a carteira apresentou resultado positivo em setembro de 2026, totalizando R$ 3.727.947,68, correspondente à rentabilidade de 1,47%, percentual superior à meta atuarial estabelecida para o período, de 1,28%. Informou, ainda, que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variação de 0,82% no mês. No segmento de renda fixa, a carteira apresentou resultado positivo de R$ 2.642.804,49, correspondente à rentabilidade de 1,26%, superando a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que registrou 1,08% no período. Em relação aos demais índices de referência, foram observadas as seguintes variações: IDKA IPCA 2A (1,81%), IDKA Pré 2A (1,77%), IRF-M (2,09%), IRF-M1 (1,09%), IMA-B5 (2,01%), IMA-Geral (1,72%), IMA-B (3,15%) e IMA-B5+ (3,82%). Ressaltou-se que, entre os referenciais de renda fixa mencionados, apenas o CDI e o IRF-M1 apresentaram desempenho inferior à meta atuarial no mês de setembro. Entre os investimentos desse segmento, destacaram-se os fundos Vértice 2027, Vértice 2028 e Vértice 2030, bem como aqueles indexados ao IMA-B5 e ao IRF-M, cujas rentabilidades variaram entre 1,34% e 2,53%. Os fundos vinculados ao IRF-M1 e ao CDI apresentaram retornos entre 1,02% e 1,08% no período. Em contrapartida, o fundo PREMIUM FIDC SÊNIOR 1 registrou rentabilidade negativa de 8,84%, constituindo o único investimento de renda fixa com desempenho negativo no mês. No segmento de renda variável, o resultado foi positivo em R$ 1.149.566,96, correspondente à rentabilidade de 2,86%. No mesmo período, os índices de referência apresentaram as seguintes variações: Ibovespa (5,03%), IDIV (4,45%), IFIX (-0,20%), Global BDRX (1,86%) e S&P 500 (-0,45%). Entre os fundos que apresentaram desempenho positivo e rentabilidade superior à meta atuarial, destacaram-se o CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS RESP LIMITADA FIF, com rentabilidade de 5,55%; o BB VALOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES, com 5,31%; o ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS RESP LTDA FIF AÇÕES, com 5,29%; e o BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND RESP LTDA FI, com 5,05%. Por sua vez, os fundos CAIXA CONSTRUÇÃO CIVIL RESP LIMITADA FIF AÇÕES e BB BOLSA AMERICANA RESP LIMITADA FIF AÇÕES apresentaram retornos positivos de 0,85% e 0,13%, respectivamente, porém inferiores à meta atuarial estabelecida para o período. Na sequência, o Diretor Superintendente destacou o desempenho negativo do fundo BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS RESP LTDA FI, que registrou desvalorização de 68,66% no mês. Esclareceu que, conforme fato relevante publicado em 14 de setembro de 2026, o fundo deixou de ser classificado como entidade de investimento a partir dessa data, passando a observar o tratamento contábil aplicável aos Fundos de Investimento em Participações classificados como não entidades de investimento, nos termos da regulamentação vigente, incluindo a Resolução CMN nº 5.111, de 21 de dezembro de 2023. Informou que a reclassificação decorreu da avaliação quanto ao atendimento dos critérios regulatórios aplicáveis à caracterização do fundo como entidade de

investimento. O Diretor Superintendente relatou que participou inicialmente de reunião com o administrador e o gestor do fundo, ocasião em que foram prestados os primeiros esclarecimentos sobre o ocorrido. Posteriormente, comunicou o fato à consultoria de investimentos e, em 22 de setembro de 2026, participou de nova reunião com representantes da Crédito & Mercado, entre eles a Sra. Nahida Lakis, e da BR Partners Gestão de Recursos Ltda., gestora do fundo, representada pelos Srs. Vinícius Mendes e Jefferson Kasa. A reunião teve como pauta a reclassificação contábil do fundo, a expressiva redução do valor da cota, a substituição da gestora, a situação regulatória do administrador e do gestor perante o Banco Central e as estratégias futuras relacionadas à posição do Instituto na N.O.G.S.P.E. Informou, por fim, que os assuntos tratados e os esclarecimentos prestados foram devidamente registrados em ata. O Diretor Superintendente ressaltou, ainda, que os demais fundos integrantes da carteira de renda variável apresentaram desempenho positivo no mês, com rentabilidades entre 1,82% e 4,98%, superiores à meta atuarial estabelecida para o período. Quanto aos investimentos no exterior, informou que o segmento apresentou resultado negativo de R$ 64.423,77 no mês. Esclareceu que a carteira possui alocação exclusiva no fundo Santander Global Equities Dólar Master Investimento no Exterior FIC Multimercado, que registrou rentabilidade de -1,75%, inferior à variação de seu respectivo benchmark, o índice MSCI World, que apresentou resultado negativo de 1,33% no período. Em relação ao desempenho acumulado no terceiro trimestre de 2026, o Diretor Superintendente informou que a carteira de investimentos apresentou resultado positivo de R$ 8.988.718,91, correspondente à rentabilidade de 3,58%, superando a meta atuarial estabelecida para o período, de 1,99%. No segmento de renda fixa, o resultado acumulado foi positivo em R$ 7.416.700,94, equivalente à rentabilidade de 3,62%. Na renda variável, o resultado positivo totalizou R$ 1.530.322,29, correspondente à rentabilidade de 3,71%. Já os investimentos no exterior registraram resultado positivo de R$ 41.695,68, com rentabilidade de 1,17% no trimestre. No que se refere ao desempenho acumulado no exercício de 2026, o Diretor Superintendente informou que a carteira de investimentos apresentou resultado positivo de R$ 23.943.393,14, correspondente à rentabilidade de 10,30%. No segmento de renda fixa, o resultado acumulado foi positivo em R$ 20.434.050,68, equivalente à rentabilidade de 11,00%, superando a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que registrou 10,51% no período. Em relação aos demais índices de referência, foram observadas as seguintes rentabilidades acumuladas: IDKA IPCA 2A (11,21%), IDKA Pré 2A (9,14%), IRF-M (9,29%), IRF-M1 (10,43%), IMA-B5 (11,37%), IMA-Geral (10,11%), IMA-B (10,11%) e IMA-B5+ (8,85%). No segmento de renda variável, o resultado acumulado no ano foi positivo em R$ 3.393.818,67, correspondente à rentabilidade de 8,16%. No mesmo período, os índices de referência apresentaram as seguintes variações: Ibovespa (15,65%), IDIV (13,20%), IFIX (-0,53%), Global BDRX (9,56%) e S&P 500 (11,77%). Quanto aos investimentos no exterior, o segmento registrou resultado positivo de R$ 115.523,79 no acumulado do ano, correspondente à rentabilidade de 3,30%, enquanto o

índice MSCI World apresentou variação positiva de 4,19% no mesmo período. Por fim, o Diretor Superintendente destacou que, com os resultados apurados até setembro, a rentabilidade acumulada da carteira de investimentos no exercício alcançou 10,30%, equivalente a 124,48% da meta atuarial estabelecida para o período, de 8,28%. Ressaltou, ainda, que, embora a carteira de investimentos tenha apresentado desempenho inferior à meta atuarial nos meses de março e maio, e apenas o segmento de renda fixa tenha superado a referida meta no acumulado do exercício, o resultado consolidado da carteira permaneceu acima da meta atuarial até setembro de 2026, conforme demonstrado nos relatórios elaborados pela consultoria de investimentos, especialmente no documento denominado "Relatório Analítico dos Investimentos em Setembro e 3º Trimestre de 2026". Informou, também, que, de acordo com o relatório de acompanhamento da carteira, não foram identificados desenquadramentos em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimentos, ressalvadas as situações de desenquadramento passivo decorrentes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025. Nesse contexto, registrou-se que os fundos Brasil Portos e Ativos Logísticos Responsabilidade Limitada FIP e Premium FIDC Sênior 1 permanecem em desacordo com o disposto no art. 2º, § 2º, inciso I, da referida Resolução, que estabelece a exigência de enquadramento do administrador ou do gestor do fundo nas categorias S1 ou S2. Adicionalmente, verificou-se que os fundos BB Perfil Responsabilidade Limitada FIF CIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP, Caixa Brasil Matriz Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa, BB Seleção Fatorial Responsabilidade Limitada FIF CIC Ações, BB Valor Responsabilidade Limitada FIF CIC Ações, Caixa Expert Vinci Valor RPPS Responsabilidade Limitada FIF CIC Ações, Icatu Vanguarda Dividendos Responsabilidade Limitada FIF Ações Subclasse e Caixa Institucional Responsabilidade Limitada FIF Ações BDR Nível I apresentam situações de desenquadramento em relação ao disposto no art. 19, inciso III, § 2º, da mesma Resolução, que limita a participação dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a, no máximo, 50% do patrimônio líquido dos respectivos fundos. Ressaltou-se, contudo, que as ocorrências identificadas possuem natureza de desenquadramento passivo, nos termos do art. 27, § 1º, da Resolução CMN nº 5.272/2025, por decorrerem da superveniência da nova regulamentação, não sendo atribuídas, conforme informado, a decisões de gestão dos investimentos. Por fim, esclareceu-se que a regularização deverá ocorrer no prazo de até dois anos, contado da entrada em vigor da referida Resolução, observadas as condições, os procedimentos e os limites nela estabelecidos. Na sequência, foi apresentado o Boletim Financeiro referente à posição de 20 de outubro de 2026, que demonstrou saldo total de R$ 257.219.602,85. Desse montante, R$ 150,00 encontravam-se disponíveis em conta corrente, enquanto R$ 257.219.452,85 estavam aplicados em investimentos financeiros. Quanto à composição dos recursos aplicados, verificou-se que R$ 44.235,58 pertenciam ao Fundo Financeiro, R$ 767.583,96 ao Fundo de Administração e R$ 256.407.633,31 ao Fundo Previdenciário. Em relação ao desempenho dos investimentos no mês corrente, o Diretor Superintendente informou que o resultado acumulado permanecia positivo.

Conforme relatório de acompanhamento diário elaborado pela consultoria de investimentos, o retorno apurado até 19 de outubro de 2026 totalizava R$ 4.932.322,65, correspondente à rentabilidade de 1,92%. No segmento de renda variável, o desempenho acumulado no período apresentou resultado positivo de R$ 3.087.423,38, equivalente à rentabilidade de 7,47%. No mesmo período, os principais índices de referência registraram as seguintes variações: Ibovespa (10,06%), IDIV (8,75%), IFIX (5,37%), Global BDRX (-3,27%) e S&P 500 (0,87%). Quanto ao segmento de renda fixa, o desempenho acumulado no período foi positivo em R$ 1.947.534,09, correspondente à rentabilidade de 0,92%. Os principais indicadores de mercado apresentaram as seguintes variações: IRF-M1 (0,73%), CDI (0,61%), IRF-M (2,81%), IMA-B5 (2,02%), IMA-B5+ (4,99%), IMA-B (3,90%), IMA-Geral (1,76%), IDKA Pré 2A (2,30%) e IDKA IPCA 2A (1,75%). No que se refere aos investimentos no exterior, o desempenho acumulado no período apresentou resultado negativo de R$ 102.634,82. O Diretor Superintendente destacou, ainda, que o índice MSCI World registrou variação negativa de 2,84% no período. Na sequência, foi apresentado o relatório macroeconômico elaborado pela consultoria de investimentos Crédito & Mercado, contendo a análise dos principais fatores que influenciaram o mercado de renda fixa doméstico em setembro de 2026. *"No mês, a curva de juros apresentou fechamento, especialmente nos vencimentos mais longos. A curva doméstica foi favorecida por indicadores que reforçaram a desaceleração da atividade econômica e pela perspectiva de continuidade dos cortes de juros. Em linha com esse cenário, o Copom reduziu a Selic para 13,75% e o mercado precifica que o ciclo de cortes irá prosseguir nas próximas reuniões. O período também foi marcado por episódios de volatilidade associados ao cenário eleitoral. Nesse contexto, o DI jan/27 recuou 5 bps, para 13,56%, enquanto o DI jan/31 caiu 55 bps, para 13,96%. A curva NTN-B acompanhou o movimento, com fechamento em todos os vértices. Em termos de retorno, houve ganhos disseminados entre os principais segmentos. Os índices pós-fixados seguiram se beneficiando do elevado patamar de juros, com alta de 1,03% do CDI e de 0,96% do IDA-DI, enquanto os títulos prefixados e indexados à inflação também registraram retornos positivos. O destaque ficou para o IMA-B (+3,23%), o IMA-B 5+ (+4,02%) e o IHFA (+1,94%), enquanto o IRF-M avançou 1,97% no mês. Em relação ao mercado de crédito privado, o mês foi marcado por uma abertura generalizada dos spreads. Mesmo com captação líquida de aproximadamente R$ 3,9 bilhões, os fundos indexados ao CDI acompanharam uma abertura de 7 bps no IDA-DI. Já a indústria de infraestrutura voltou a registrar resgates líquidos, de cerca de R$ 1,1 bilhão, em um contexto que levou o IDA-LIQ-IPCA Infra a abrir 47 bps no mês, o maior movimento de abertura desde fevereiro de 2023. Pesaram sobre os preços dos ativos a percepção de que o mercado terá que absorver um volume considerável de vencimentos nos próximos anos. Ou seja, novas captações, que antes financiavam o crescimento das empresas, parte será destinada a rolagem de dívidas. Além disso, episódios de recuperação judicial (vide Ambipar, Raizen, e mais recentemente Braskem e Habbib's) contribuíram para aumentar a cautela, obrigando ainda mais os gestores a olhar com lupa*

qualquer emissor fora do topo da régua de qualidade de crédito, ampliando a atenção sobre liquidez, endividamento e capacidade de pagamento dos emissores". Na sequência, foram apresentadas as projeções econômicas constantes do Relatório Focus, divulgado em 19 de outubro de 2026. Conforme o levantamento, a expectativa para a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), era de 5,22% para 2026 e de 4,32% para 2027. Em relação à política monetária, a projeção para a taxa Selic era de 13,25% ao final de 2026, com expectativa de redução para 12,00% em 2027. Quanto ao câmbio, as estimativas indicavam cotação de R$ 5,13 por dólar em 2026 e de R$ 5,22 em 2027. Quanto à posição dos investimentos, considerando os resultados apresentados e a análise do cenário econômico e financeiro, o Diretor Superintendente informou que não foram propostas alterações na estratégia de alocação dos recursos, permanecendo vigentes as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos e a composição da carteira então adotada pelo Instituto. Após a apresentação dos relatórios de acompanhamento dos investimentos, da análise do cenário econômico e financeiro e dos esclarecimentos prestados pelo Diretor Superintendente, os membros presentes manifestaram ciência dos resultados apresentados e concordância com a manutenção da estratégia de alocação vigente, sem propor alterações na composição da carteira naquela reunião. Ficou mantida a orientação de direcionar as novas aplicações provenientes dos aportes e das contribuições previdenciárias ao fundo Caixa Brasil Títulos Públicos Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa LP, bem como a sistemática de realização dos resgates necessários ao custeio das despesas do Fundo Previdenciário, mediante utilização dos fundos Caixa Brasil Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa Referenciado DI LP e Caixa Brasil Matriz Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa, observadas as necessidades de fluxo de caixa, a Política de Investimentos vigente e os limites regulamentares aplicáveis. Na sequência, foi submetida à apreciação dos conselheiros a solicitação de suplementação de dotação orçamentária no valor de R$ 130.000,00, destinada ao reforço dos recursos alocados à compensação previdenciária do Fundo Financeiro. O Diretor Superintendente esclareceu que a necessidade de suplementação decorreu da aprovação de um pedido de compensação previdenciária, cujo pagamento mensal será de R$ 30,82, com início previsto para o quinto dia útil de novembro, além do pagamento do fluxo acumulado, no montante de R$ 7.584,28. Informou, ainda, que outros dois pedidos terão seus pagamentos mensais iniciados em dezembro, no valor de R$ 594,15, sendo necessário, igualmente, o pagamento dos respectivos fluxos acumulados, estimados em R$ 101.966,30. Esclareceu, por fim, que a cobertura do referido crédito será realizada mediante anulação parcial da Reserva de Contingência. Após a apresentação dos esclarecimentos e das justificativas pertinentes, os conselheiros presentes aprovaram a solicitação de suplementação orçamentária, conforme disposto na Resolução nº 155/2026. Em seguida, a Sra. Mayara dos Santos, representante da equipe de investimentos da consultoria Crédito & Mercado, apresentou a minuta do Relatório de Asset Liability Management (ALM). O estudo foi elaborado pelo economista e consultor de valores mobiliários Diego Lira de Moura, com base

nas premissas, nos cenários e nas informações fornecidas pelo Instituto, bem como no Relatório de Avaliação Atuarial referente ao exercício de 2025, de autoria do atuário Richard M. Dutzmann. O objetivo do estudo consiste em avaliar a solvabilidade do plano de benefícios previdenciários, considerando premissas e hipóteses de simulação fundamentadas nos fluxos de caixa atuariais, na distribuição dos recursos investidos e nos riscos associados às oscilações das taxas de juros praticadas no mercado financeiro. Os resultados projetados buscam proporcionar maior compreensão dos riscos envolvidos na gestão dos recursos previdenciários, contribuindo para minimizar os impactos decorrentes do descasamento entre os ativos e os passivos do plano. Nesse sentido, o relatório constitui importante instrumento de gestão e apoio à tomada de decisões, permitindo identificar e avaliar antecipadamente os riscos existentes, com o propósito de reduzir a possibilidade de que variações inesperadas comprometam o equilíbrio financeiro e atuarial do regime, cuja sustentabilidade depende da contribuição e da responsabilidade compartilhada entre todos os envolvidos. O estudo também tem como finalidade identificar a alocação estratégica mais adequada dos ativos, considerando os fluxos das obrigações previdenciárias previstos no cálculo atuarial. Para tanto, entende-se por alocação estratégica a distribuição dos recursos entre diferentes classes de ativos, levando em consideração os rendimentos esperados no longo prazo e sua compatibilidade com os compromissos futuros do plano, sem desconsiderar a flexibilidade necessária diante das mudanças nos cenários econômicos e financeiros. O relatório contempla, ainda, a revisão das alocações estratégicas estabelecidas com base no estudo atuarial referente ao exercício de 2025, considerando as alterações observadas nos cenários de mercado, nos preços dos ativos e na base cadastral dos participantes. A partir dessas análises, são propostas composições de carteiras de investimentos destinadas a contribuir para a sustentabilidade e a longevidade do plano de benefícios previdenciários. Após os esclarecimentos e as explicações apresentados, os conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, o Relatório/Estudo de Asset Liability Management (ALM). Deliberou-se, ainda, que o estudo será publicado no site institucional do IAPEN GARÇA. Na sequência, foi apresentado o Relatório Anual de Governança Corporativa referente ao exercício de 2025, cujo objetivo é consolidar as informações mais relevantes sobre as atividades desenvolvidas pelo Instituto, proporcionando subsídios para o aprimoramento da gestão e para a tomada de decisões estratégicas. O documento reúne informações de interesse público e constitui importante instrumento de planejamento e prestação de contas aos segurados e à sociedade, reafirmando o compromisso do Instituto com a transparência, a responsabilidade e a eficiência na administração dos recursos previdenciários. Destacou-se, ainda, que a elaboração do relatório atende às diretrizes aplicáveis à governança dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), observando as disposições da Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017. Ressaltou-se, igualmente, a relevância do documento para o fortalecimento das práticas de governança e para o atendimento aos requisitos do Programa Pró-Gestão RPPS, que visa incentivar o aprimoramento dos controles internos, da gestão e da transparência

institucional. Após a apresentação e os esclarecimentos pertinentes, os conselheiros presentes deliberaram sobre a matéria e aprovaram, por unanimidade, o Relatório Anual de Governança Corporativa referente ao exercício de 2025. Deliberou-se, ainda, que o relatório deverá: I – ser publicado no site institucional do IAPEN GARÇA; II – ser amplamente divulgado aos servidores ativos e inativos e aos membros dos órgãos colegiados; Na sequência, o Diretor Superintendente apresentou aos presentes a minuta do Código de Ética e Conduta do IAPEN GARÇA, elaborada com fundamento nos princípios da Governança Corporativa e nos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, bem como nos valores da integridade e da responsabilidade institucional. Em seguida, foram realizadas a leitura e a explanação dos principais dispositivos do documento, destacando-se sua finalidade de estabelecer diretrizes para a conduta ética dos servidores, dirigentes, membros dos órgãos colegiados e prestadores de serviços vinculados ao Instituto, definindo deveres, vedações e sanções aplicáveis em caso de descumprimento. Após os esclarecimentos e as discussões pertinentes, a minuta foi submetida à apreciação do colegiado e aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes, sem ressalvas, nos termos da Resolução nº 156/2026. Deliberou-se, ainda, que o Código de Ética e Conduta deverá: I – ser publicado no site institucional do IAPEN GARÇA; II – ser amplamente divulgado aos servidores ativos e inativos, aos membros dos órgãos colegiados e aos prestadores de serviços; e III – ser acompanhado do respectivo Termo de Ciência, a ser assinado pelos públicos abrangidos, como forma de formalizar e comprovar a divulgação e o conhecimento de seu conteúdo. Na sequência, o Diretor Superintendente apresentou a proposta de Regimento Interno do Comitê de Investimentos, cujo objetivo é estabelecer e regulamentar a composição, as competências, as atribuições e os procedimentos de funcionamento do colegiado., observando a Lei 2.785/92, a Resolução nº 5.272/2025 e a Portaria MTP nº 1.467/2022. O documento disciplina a realização das reuniões, a análise de cenários econômicos e financeiros, a avaliação de riscos, o acompanhamento da Política Anual de Investimentos e a elaboração de recomendações técnicas relacionadas à aplicação, à alocação, à realocação e ao resgate dos recursos previdenciários. Destacou-se que o Regimento busca assegurar maior organização, transparência, fundamentação técnica e rastreabilidade das análises e recomendações, contribuindo para a adequada gestão dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em observância aos princípios da segurança, da rentabilidade, da solvência, da liquidez e da responsabilidade na gestão dos investimentos, respeitadas as competências legais dos demais órgãos e autoridades do IAPEN GARÇA. Após a análise e a discussão da matéria, os membros presentes do Conselho de Administração aprovaram por unanimidade o Regimento Interno do Comitê de Investimentos, nos termos da Resolução nº 157/2026. Deliberou-se, ainda, que o documento deverá: I – ser publicado no site institucional do IAPEN GARÇA; e II – ser amplamente divulgado aos servidores ativos e inativos, aos membros dos órgãos colegiados e aos prestadores de serviços, visando assegurar sua publicidade e

o conhecimento de suas disposições pelos públicos envolvidos. Na sequência, foi apresentado ao Conselho de Administração, para apreciação e deliberação, o Plano de Capacitação referente ao exercício de 2026, cujo objetivo é orientar e sistematizar as ações de formação, aperfeiçoamento e atualização técnica dos agentes envolvidos na gestão do Instituto, promovendo o desenvolvimento de competências profissionais e institucionais. O documento contempla a metodologia de levantamento das necessidades de capacitação, o diagnóstico institucional e o planejamento das ações formativas, considerando as demandas internas, as exigências legais e regulatórias e as boas práticas de governança aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Após a apresentação e a análise da proposta, os membros presentes do Conselho de Administração aprovaram por unanimidade o Plano de Capacitação para o exercício de 2026. Ficou estabelecido que as ações de capacitação previstas no Anexo I serão revisadas trimestralmente pela Diretoria Executiva, com o propósito de assegurar sua atualização e adequação às necessidades institucionais e às diretrizes estratégicas do Instituto. Deliberou-se, ainda, que o Plano de Capacitação deverá: I – ser publicado no site institucional do IAPEN GARÇA; e II – ser amplamente divulgado aos servidores ativos e inativos e aos membros dos órgãos colegiados, de modo a garantir a transparência e o conhecimento das ações planejadas. Por fim, o Conselho de Administração ressaltou a importância do Plano de Capacitação como instrumento estratégico de planejamento e fortalecimento da gestão previdenciária, contribuindo para o aprimoramento das competências dos agentes envolvidos, a eficiência administrativa, a melhoria dos serviços prestados e a sustentabilidade institucional. O Diretor Superintendente acrescentou que os documentos apresentados integram o conjunto de requisitos relacionados à obtenção da certificação no âmbito do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS, conforme as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social. Ressaltou, ainda, que a elaboração e a implementação desses instrumentos contribuem para o aprimoramento das práticas de governança, dos controles internos, da transparência e da eficiência administrativa do Instituto. No que se refere ao processo PMG x IAPEN GARÇA, o Diretor Superintendente informou que, no mês de outubro, foi efetuado o pagamento da 54ª parcela do acordo firmado, no valor de R$ 46.433,20. Esclareceu que o montante foi atualizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente ao mês de agosto, cuja variação informada foi de -0,32%, acrescida de juros de 0,50%, em conformidade com o disposto no art. 196-A do Código Tributário Municipal. Em seguida, o Superintendente informou aos presentes que recebeu uma solicitação da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer para submeter à aprovação do Conselho a autorização para realização das obras de reforma e adequação de acessibilidade do Complexo Esportivo Público "MANOEL GOUVEIA CHAGAS", bem como a posterior emissão de declaração, em atendimento ao disposto na Portaria nº 18/1995, art. 3º, parágrafo único. A declaração tem como

finalidade viabilizar a liberação de recursos destinados à execução das obras, incluindo as adequações de acessibilidade necessárias ao cumprimento de determinação judicial. Considerando a necessidade de atender à decisão judicial, os conselheiros presentes deliberaram favoravelmente à realização das obras e à emissão da referida declaração. Por fim, conforme previsto no § 12 do artigo 4º da Lei nº 2.875/92 (redação dada pela Lei Complementar nº 63/2021), o Presidente do Conselho convocou o suplente eleito, Sr. Antônio Marcos Pereira, nomeado pela Portaria nº 36.206/2023, para substituir o titular até o término do mandato. Ocorre que o titular, Sr. Eduardo Rosa, exerce a função de Superintendente e, conforme deliberado na reunião ordinária de 24 de janeiro de 2024, o suplente Sr. Paulo Victor do Amaral de Souza foi empossado como titular. Contudo, o conselheiro solicitou sua exoneração a partir de 20 de agosto de 2026, ocasionando novamente a vacância de uma vaga no Conselho, uma vez que o Sr. Eduardo Rosa permanece no exercício da Superintendência. Dessa forma, conforme estabelece a legislação vigente, compete ao Presidente do Conselho convocar um membro suplente para substituir o titular impedido, até o término do respectivo mandato. Na sequência, o Superintendente reforçou a importância de que os membros que ainda não realizaram a prova obtenham as respectivas certificações, considerando o vencimento do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), previsto para 3 de novembro. Ressaltou, ainda, a necessidade de recomposição da composição do Conselho de Administração e do Comitê de Investimentos em decorrência da saída de um integrante, medida também necessária ao atendimento dos requisitos para obtenção da certificação no âmbito do Pró-Gestão RPPS. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, _____, Odair Krugner, secretário designado para esta reunião, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Tabela 01: Fluxo de Caixa - Setembro/2026.

1 - RECEITAS x DESPESAS				
Itens	**Fundo ADM**	**Fundo Financeiro**	**Fundo Previdenciário**	**Total**
Saldo Anterior	**718.855,97**	**293.524,05**	**252.460.491,83**	**253.472.871,85**
Repasse das Contribuições	103.359,50	698.376,38	1.071.775,86	1.873.511,74
Cadprev	-	-	56.812,76	56.812,76
Comprev	-	47.421,36	120.155,96	167.577,32
Amortizações / Dividendos	-	-	4.147,49	4.147,49
Cupons de Juros	-	-	-	-
Rentabilidade	7.548,73	1.488,59	3.714.762,87	3.723.800,19
Aportes por Insuficiência Financeira	-	1.352.899,41	-	1.352.899,41
Aportes Amortização de Déficit Atuarial	-	-	182.068,28	182.068,28
Outras Receitas	-	377,80	46.947,39	47.325,19
(+)Entradas	**110.908,23**	**2.100.563,54**	**5.196.670,61**	**7.408.142,38**
(-) Pasep	1.056,21	-	-	1.056,21
(-)Comprev	-	7.063,48	-	7.063,48
(-)Despesas	24.491,13	46.350,51	-	70.841,64
(-)Folha Pgto.	48.688,08	1.382.094,33	1.194.364,29	2.625.146,70
(-) Sentenças Judiciais	-	718.899,35	-	718.899,35
(-)Saidas	**74.235,42**	**2.154.407,67**	**1.194.364,29**	**3.423.007,38**
Saldo Final	**755.528,78**	**239.679,92**	**256.462.798,15**	**257.458.006,85**

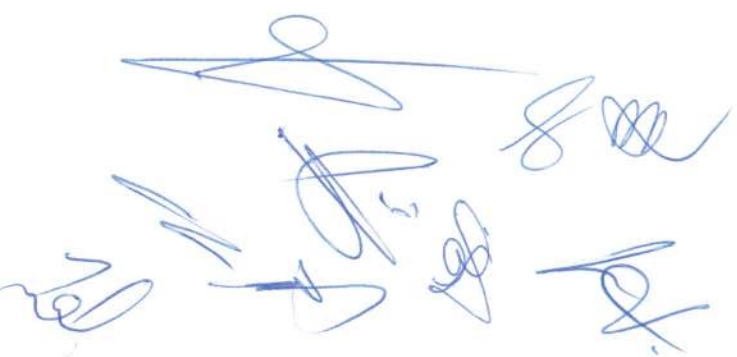
Tabela 02: Aplicações - Setembro/2026.

2 - APLICAÇÕES					
Segregação	**Tipo**	**Fundo**		**CNPJ**	**Valor**
ADMINISTRATIVO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	- 23.311,27
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	52.435,35
FINANCEIRO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	- 925.642,04
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	870.309,32
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	-
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	1.099.026,59
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	-
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	182.068,28
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA	23.215.008/0001-70	- 993.551,42
		Aplicação	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA	23.215.008/0001-70	-
PREVIDENCIÁRIO	DIVIDENDOS	Resgate	CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	17.098.794/0001-70	- 3.250,00
		Resgate	BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND FII - BRCR11	08.924.783/0001-01	- 897,49



Tabela 03: Retorno carteira - Setembro/2026.

Mês	Saldo Anterior	Aplicação	Resgate	Saldo Mês	Retorno R$	Retorno Ac R$	Retorno Mês %	Retorno Acum %
Janeiro	230.931.001,09	21.251.446,57	- 20.809.861,64	236.305.226,90	4.932.640,88	4.932.640,88	2,13%	2,13%
Fevereiro	236.305.226,90	2.781.635,02	- 2.476.975,21	239.419.355,99	2.813.466,77	7.746.107,65	1,19%	3,35%
Março	239.419.355,99	1.962.752,86	- 1.644.270,06	240.741.286,93	1.007.495,63	8.753.603,28	0,42%	3,78%
Abril	240.741.286,93	1.667.587,64	- 2.496.921,66	242.798.357,26	2.890.451,84	11.644.055,12	1,20%	5,03%
Maio	242.798.357,26	2.509.274,25	- 1.045.965,04	245.519.344,78	1.261.725,80	12.905.780,92	0,52%	5,57%
Junho	245.519.344,78	1.986.569,63	- 2.022.557,81	247.528.202,42	2.048.893,31	14.954.674,23	0,83%	6,45%
Julho	247.528.202,42	3.276.536,69	- 2.916.016,85	250.257.798,71	2.373.123,94	17.327.798,17	0,96%	7,47%
Agosto	250.257.798,71	23.187.565,87	- 22.856.142,53	253.472.721,85	2.887.647,29	20.215.445,46	1,15%	8,71%
Setembro	253.472.721,85	2.203.839,54	- 1.942.504,73	257.457.856,85	3.727.947,68	23.943.393,14	1,47%	10,30%
Outubro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Novembro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Dezembro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%



Expectativas de Mercado

16 de outubro de 2026

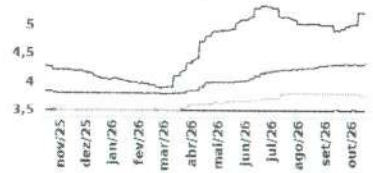
▲Aumento ▼Diminuição =Estabilidade

Mediana - Agregado	2026						2027						2028						2029				
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **
IPCA (variação %)	4,92	5,22	5,22	= (1)	137	5,19	71	4,30	4,30	4,32	▲ (1)	137	4,32	71	3,80	3,79	3,75	▼ (2)	126	3,50	3,50	3,50	= (1)	111
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,88	1,85	1,83	▼ (1)	105	1,81	51	1,43	1,40	1,32	▼ (1)	105	1,31	51	1,87	1,81	1,81	▼ (3)	90	2,00	2,00	2,00	= (83)	74
Câmbio (R$/US$)	5,20	5,15	5,13	▼ (2)	104	5,05	46	5,28	5,26	5,22	▼ (2)	103	5,15	45	5,30	5,30	5,29	▼ (1)	92	5,36	5,30	5,30	= (1)	76
Selic (% a.a)	13,50	13,25	13,25	= (1)	133	13,25	60	12,00	12,00	12,00	= (18)	132	12,00	59	10,50	10,50	10,50	= (16)	111	10,00	10,00	10,00	= (24)	104
IGP-M (variação %)	4,73	5,27	5,26	▼ (1)	63	5,19	34	4,11	4,11	4,00	▼ (1)	60	3,97	33	3,92	3,93	3,90	▼ (2)	55	3,81	3,80	3,81	▲ (1)	52
IPCA Administrados (variação %)	4,61	4,89	4,84	▼ (1)	90	4,82	40	3,85	3,84	3,86	▲ (1)	89	3,90	40	3,67	3,62	3,63	▲ (3)	64	3,50	3,50	3,50	= (66)	60
Conta corrente (US$ bilhões)	-60,00	-60,00	-60,00	= (15)	38	-60,00	17	-59,30	-59,30	-59,35	▼ (1)	38	-60,00	17	-62,45	-63,10	-64,93	▼ (5)	31	-62,00	-62,60	-62,63	▼ (3)	28
Balança comercial (US$ bilhões)	77,00	78,88	80,15	▲ (3)	38	80,60	16	79,00	79,00	79,70	▲ (1)	37	79,46	16	79,00	78,00	81,31	▲ (2)	34	79,16	79,00	83,42	▲ (1)	28
Investimento direto no país (US$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	= (6)	37	80,00	18	79,25	79,25	80,00	▲ (2)	37	80,00	18	80,00	80,00	80,00	= (36)	32	80,00	80,00	80,00	= (23)	29
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	70,00	70,00	70,10	▲ (1)	49	70,15	22	73,70	73,90	74,00	▲ (2)	49	74,00	22	76,43	76,58	76,70	▲ (3)	45	79,04	79,08	79,13	▲ (2)	43
Resultado primário (% do PIB)	-0,42	-0,41	-0,48	▼ (1)	53	-0,50	24	-0,40	-0,40	-0,40	= (30)	53	-0,25	24	-0,25	-0,27	-0,20	▲ (1)	49	-0,16	-0,15	-0,13	▲ (2)	45
Resultado nominal (% do PIB)	-8,81	-8,87	-8,90	▼ (1)	48	-8,90	21	-8,50	-8,50	-8,50	= (7)	48	-8,50	21	-7,89	-7,90	-7,90	= (3)	43	-7,39	-7,43	-7,40	▲ (2)	39

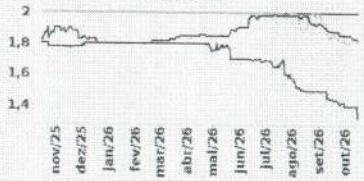
* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis

2026 2027 2028 2029

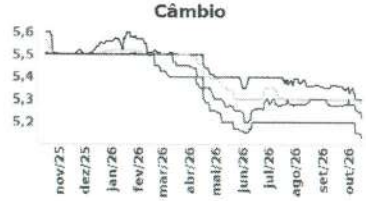
IPCA



PIB Total



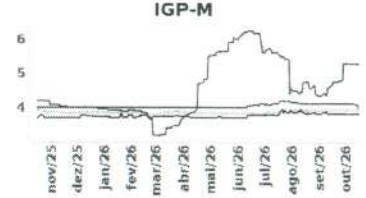
Câmbio



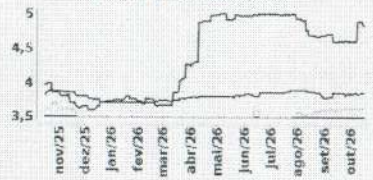
Selic



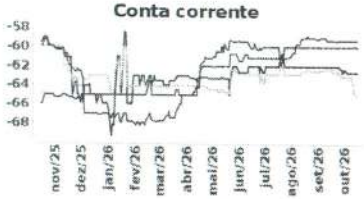
IGP-M



IPCA Administrados



Conta corrente



Saldo



Investimento direto no país



Dívida líquida do setor público



Resultado primário



Resultado nominal



Expectativas de Mercado

16 de outubro de 2026

▲Aumento ▼Diminuição =Estabilidade

Mediana - Agregado	out/2026						nov/2026						dez/2026						Infl. 12 m suav.					
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *		Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *		Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *		Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *		Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)	0,33	0,33	0,32	▼	(1)	131	0,32	0,35	0,35	0,34	▼	(1)	131	0,31	0,55	0,56	0,56	=	(3)	131	0,58	4,62	4,48	4,51	▲	(1)	125	4,49
Câmbio (R$/US$)	5,18	5,14	5,10	▼	(2)	101	5,05	5,19	5,14	5,12	▼	(2)	101	5,04	5,20	5,35	5,13	▼	(2)	104	5,06							
Selic (% a.a)	-	-	-					13,63	13,50	13,50	=	(3)	131	13,50	13,50	13,25	13,25	=	(1)	133	13,25							
IGP-M (variação %)	0,60	0,66	0,80	▲	(1)	61	0,97	0,53	0,50	0,48	▼	(1)	61	0,45	0,50	0,47	0,45	▼	(1)	61	0,45	4,90	4,59	4,34	▼	(6)	57	4,31

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias

